

# CONCURSO PÚBLICO UFMG

## EDITAL Nº 3428/2025

### TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

### PROVA TEÓRICO-PRÁTICA

**ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.**

#### Antes de começar a fazer as provas:

- Verifique se este caderno contém PROVA de: Conhecimentos Específicos do Cargo, com 15 questões. Cada uma dessas questões, sequencialmente numeradas de **01 a 15**, possui 04 alternativas.

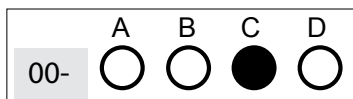
Caso haja algum problema, solicite a substituição do seu caderno de provas.

#### Na Folha de Respostas:

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine, A TINTA, no espaço indicado.

Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:

- USE SOMENTE CANETA AZUL ou PRETA para preencher a área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme o modelo:



Sua resposta **NÃO** será computada, se houver marcação de mais de uma alternativa.

**NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

A FOLHA DE RESPOSTAS não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Sua prova somente poderá ser entregue após o **TÉRMINO DO** Período de Sigilo. Levante o braço, para que o fiscal possa recolhê-la.

Você deverá aguardar o fiscal se aproximar para, então, entregar o **CADERNO DE PROVAS** e a **FOLHA DE RESPOSTAS**.

Você **NÃO** poderá levar consigo o Caderno de Provas.

**O rascunho de gabarito, localizado no verso da capa deste Caderno de Provas, só poderá ser destacado pelo fiscal.**

Recolha seus objetos, deixe a sala e, em seguida, o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até a saída do prédio, continuam válidas as proibições do uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

**Duração total das provas, incluindo transcrição da FOLHA DE RESPOSTAS: DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS.**

# CONCURSO PÚBLICO UFMG – EDITAL Nº 3428/2025

## PROVA TEÓRICO-PRÁTICA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

01-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	02-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	03-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	04-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	05-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
06-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	07-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	08-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	09-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	10-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
11-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	12-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	13-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	14-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>	15-	A B C D <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

# PROVA TEÓRICO-PRÁTICA TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

## QUESTÃO 01

Carlos, um Técnico em Assuntos Educacionais, está auxiliando Marta, uma professora que busca alternativas para que a avaliação em suas disciplinas ocorra durante todo o processo de ensino e de aprendizagem, e não somente em dias previamente estabelecidos ao fim do semestre. Durante o diálogo, os dois discutem sobre instrumentos que podem ser usados para a avaliação formativa. Considerando a descrição, conforme Mendes (2005), relacione as colunas I e II.

COLUNA I	COLUNA II
1. Diário Reflexivo	( ) Tem como objetivo encorajar a reflexão e o estabelecimento de objetivos. O aluno tem a oportunidade de relatar suas experiências durante o processo de aprendizagem e refletir sobre elas.
2. Portifólio	( ) É uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa, os diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno. Através desse instrumento, estudantes conseguem perceber sua evolução acadêmica.
3. Seminário	( ) Colabora para promover a socialização e o amadurecimento do estudante. Visa à autocrítica e à co-responsabilidade em relação ao seu desenvolvimento intelectual.
4. Auto-avaliação	( ) Leva estudantes a investigarem um problema, sob diferentes perspectivas, tendo em vista alcançar profundidade de compreensão. A partir de um grupo de estudos em que se debate um ou mais temas apresentados por discentes sob a direção da professora.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

- A) 3, 1, 2, 4.
- B) 2, 1, 4; 3.
- C) 1, 2, 4, 3.
- D) 3, 4, 2, 1.

## QUESTÃO 02

Discutindo as possibilidades avaliativas de um curso de graduação, um grupo de profissionais de uma universidade, formado por técnicos administrativos em educação e docentes, reflete sobre a necessidade de se adotar um paradigma formativo, em substituição à avaliação tradicional ou à mera verificação. Conforme Mendes (2005), as seguintes características fazem parte desse paradigma de educação formativo, **exceto**:

- A) compreensão dos limites e das possibilidades da avaliação na sociedade capitalista.
- B) compreensão da avaliação como prática de investigação e não de classificação.
- C) entendimento do ato de avaliar como aliado do desenvolvimento pleno do aluno em suas múltiplas dimensões.
- D) ênfase à certificação, que deve preceder a implementação de políticas públicas.

### QUESTÃO 03

Letícia é uma servidora que foi nomeada para atuar na Comissão Própria de Avaliação (CPA) da universidade onde trabalha, representando o segmento técnico-administrativo em educação. Tal comissão, segundo a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem como atribuições:

- A) condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.
- B) desenvolvimento de ferramentas para coleta de dados, elaboração e publicação de indicadores de qualidade da educação nacional.
- C) condução dos processos de avaliação externos à instituição e criação das políticas avaliativas da Universidade.
- D) promoção de avaliações interinstitucionais, construindo comparações entre cursos ofertados em diferentes instituições.

### QUESTÃO 04

Conforme a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o fato de uma instituição obter resultados considerados insatisfatórios, enseja a celebração de protocolo de compromisso entre ela e o Ministério da Educação. Durante esses processos, os profissionais da instituição devem se atentar para os itens que esse protocolo deve conter.

Assinale a alternativa em que um desses itens está **corretamente** indicado.

- A) A indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, a serem oportunamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos discentes.
- B) Os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior, com vistas na superação das dificuldades detectadas.
- C) A dissolução, por parte da instituição de educação superior, de sua comissão de avaliação.
- D) A assinatura de um termo de acordo, prevendo a suspensão das atividades da instituição.

### QUESTÃO 05

A atuação com a avaliação da educação superior requer o conhecimento de sua relação com a regulação desse nível de ensino. No artigo “*Avaliação e Regulação da Educação Superior no Brasil: Impasses e Desafios*”, Sampaio e Pires (2025) apresentam um quadro normativo e histórico da implementação do binômio avaliação/regulação.

Considerando as colocações dos autores, avalie as seguintes asserções e a relação entre elas:

- I. Os procedimentos e processos decisórios da regulação atualmente estão associados aos da avaliação
- PORQUE
- II. Desde a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), o poder público tem mantido a prática de conceder benefícios ou aplicar sanções com base nos resultados das avaliações das instituições de ensino superior.

A respeito dessas assertivas, assinale a alternativa **correta**.

- A) A asserção I é uma proposição verdadeira; e a II é uma proposição falsa.
- B) As asserções I e II são verdadeiras; e a II é uma justificativa da I.
- C) As asserções I e II são verdadeiras; mas a II não é justificativa da I.
- D) A asserção I é uma proposição falsa; e a II é uma proposição verdadeira.

## QUESTÃO 06

Virgínia, uma estudante cega, foi aprovada no curso de Pedagogia em uma universidade pública. No primeiro dia de aula, ela se deparou, dentro da universidade, com obras na via pública que dá acesso ao prédio no qual é ofertado o seu curso. Isso dificultou seu acesso à sala de aula.

Tendo como referência a situação vivenciada por Virgínia, identifique, de acordo com a Lei nº13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a barreira que impediu a acessibilidade da aluna.

- A) Barreira tecnológica.
- B) Barreira arquitetônica.
- C) Barreira nos transportes.
- D) Barreira urbanística.

## QUESTÃO 07

João é um aluno surdo do curso de graduação em Letras Libras, da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No próximo semestre, ele cursará uma disciplina na pós-graduação da Faculdade de Educação (FAE) da referida universidade.

Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa **correta**.

- A) João poderá, de acordo com o PDI 2024-2029, solicitar o serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), no Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) da UFMG, que, ao analisar o caso, levará em consideração a carga horária de cada intérprete da instituição.
- B) A UFMG deverá disponibilizar para João, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2029, serviços de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), também na disciplina da pós-graduação.
- C) De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é garantido ao referido aluno a disponibilização de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o qual, no caso em questão, deve possuir, no mínimo, ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras.
- D) Segundo a Lei nº 9.394/1996 (LDB), é garantido ao João a oferta de educação bilíngue de surdos, na qual o Português escrito será sua primeira língua e a Língua de Brasileira de Sinais (Libras), a sua segunda.

## QUESTÃO 08

Marina, professora universitária, afirma praticar a Educação Inclusiva defendida por Santos e Paulino (2008), porém, em sala aula, ela preza por nivelar os discursos e a prática de seus alunos, e segue, rigorosamente, um currículo conteudista.

Entre os argumentos para que Marina modifique sua prática, tornando-a realmente inclusiva na perspectiva dos referidos autores, qual **não** deve ser adotado?

- A) Apesar de o conteúdo fazer parte do currículo, numa perspectiva inclusiva, a ideia de currículo relacionada apenas a conteúdo deve ser radicalmente revista, posto que, muitas vezes, os saberes exigidos dos alunos em tais situações não oferecem respostas para suas questões cotidianas.
- B) A relação impositora de uma quantidade de conteúdos em tempo preestabelecido não é democrática, o que não é coerente com uma educação que inclui sujeitos nos processos decisórios e cotidianos por meio da participação.
- C) Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. Sendo assim, no processo de ensino-aprendizagem, as diferenças não devem ser levadas em conta.
- D) A participação é essencial em toda proposta de inclusão; sem isso, os alunos são impedidos de exercer seu poder de decisão sobre o que é importante ser aprendido e ensinado.

## QUESTÃO 09

Arthur, pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ingressou no curso de Matemática, do Ensino Superior brasileiro. Ao realizar a primeira avaliação de uma das disciplinas do seu curso, enfrentou desafios como: dificuldades na interpretação de enunciados ambíguos e no gerenciamento do tempo para a realização da prova, bem como sensibilidade a ruídos específicos da sala de aula. Ao pedir ajuda para seu professor, explicando sua situação, este não lhe oportunizou nenhuma adaptação. Sentindo-se frustrado, Arthur pensa em desistir.

As alternativas a seguir, relacionadas à situação atual de Arthur, trazem reflexões ou garantias corretas, segundo a Lei nº13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Mantoan (2006), **exceto**:

- A) A igualdade de oportunidades é perversa quando garante o acesso da pessoa com deficiência à escola, mas não lhe assegura a permanência e o prosseguimento da escolaridade em todos os níveis de ensino.
- B) O caso narrado corrobora a afirmação de Mantoan: “O ensino escolar brasileiro, em todos os níveis, continua aberto a poucos, e isso se acentua ainda mais, quando se trata de alunos com deficiência” (2006).
- C) Arthur é considerado uma pessoa com deficiência, tendo em vista a descrição desse fator como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei nº13.146/2015, art. 2º).
- D) A postura do professor contraria os princípios da educação inclusiva, mas não contraria a legislação, que prevê que educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo, somente na educação básica e no ensino fundamental, de forma a desenvolver seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

## QUESTÃO 10

José Francisco, extensionista negro, mencionado no livro: Extensão universitária: trajetórias e desafios (DE DEUS, 2020), em uma de suas reflexões, diz:

“[...] antes, eu enxergava a universidade (qualquer ela que fosse) como um ambiente distante e frio da realidade, das pessoas, da vida real. A ideia que eu tinha era que eu não me encaixaria nesse universo tão distante da minha realidade e da realidade das pessoas ao meu redor. Mais do que uma forma de ver o mundo, *a priori*, para mim, a universidade não contemplava as necessidades reais da comunidade. E, muitas vezes, penso que esse estereótipo do acadêmico é, ainda hoje, erroneamente reproduzido por alguns dos seus membros”. (SILVA, 2014).

A partir desse depoimento e, considerando o que Gonçalves (2015) diz a respeito da Extensão Universitária no Brasil, é **incorreto** afirmar que

- A) o sentido do princípio constitucional da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pressupõe uma reflexão acerca da Universidade que o envolve como uma preposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e para o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade.
- B) o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser compreendido como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade que dialogue mais com diversos setores da sociedade e que defenda uma formação e produção de conhecimento em diálogo com as necessidades sociais.
- C) o modelo de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão consolidado no Brasil foi o do tripé ensino, pesquisa e extensão como missão da Universidade, o que significou a implementação do princípio da indissociabilidade na formação acadêmica e nas ações docentes institucionais.
- D) o habitus de cada agente que compõe o campo universitário é elemento central no processo de consolidação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando a diversidade de trajetórias.

## QUESTÃO 11

Ao ingressar na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como servidora pública federal, Cecília passa a conhecer mais de perto a trajetória institucional da universidade. No que se refere à construção de políticas afirmativas, ela aprofunda sua compreensão sobre a atuação da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social (CPAAI). Nesse processo, se depara com debates que articulam a Lei nº 12.711/2012 e suas alterações à política de bônus adotada pela UFMG, (2009) e aos desafios contemporâneos de governança das ações afirmativas no âmbito da universidade.

Com base nesse contexto normativo e institucional, assinale a alternativa **correta**.

- A) Embora as instituições federais de ensino desenvolvam políticas de assistência estudantil voltadas à permanência acadêmica, a Lei nº 12.711/2012 não impõe obrigação legal de priorização dos estudantes beneficiários da reserva de vagas em situação de vulnerabilidade social, permanecendo tal definição no campo das escolhas institucionais de cada universidade.
- B) A autonomia universitária confere à UFMG discricionariedade para definir, nos processos seletivos de graduação, os critérios de proporcionalidade das modalidades étnico-racial e de pessoas com deficiência previstas na Lei nº 12.711/2012, desde que preservado o compromisso institucional com a inclusão e a diversidade.
- C) A criação da CPAAI resultou das mobilizações da comunidade universitária e essa comissão tem suas competências relacionadas ao acompanhamento das políticas de ações afirmativas e inclusão social, abrangendo a realização de procedimentos complementares à autodeclaração e a apuração de denúncias de fraude.
- D) A adoção, pela UFMG, de políticas afirmativas anteriores à Lei nº 12.711/2012 integrou um processo histórico de democratização do acesso ao ensino superior, afastando a necessidade de adequação aos critérios estabelecidos posteriormente pela legislação federal, dado o observado compromisso institucional com a inclusão e a diversidade.

## QUESTÃO 12

Ana, servidora pública federal, foi designada para elaborar o quadro de distribuição de vagas para o edital de um processo seletivo de ingresso em curso de graduação de uma Universidade Federal. No cumprimento de suas atribuições, a servidora deve distinguir quais critérios são específicos de determinadas modalidades de reserva de vagas e qual é o requisito básico e obrigatório, comum a todas as modalidades previstas, observando as determinações da Lei nº 12.711/2012 e suas atualizações.

O único critério que deve ser, necessariamente, cumprido por qualquer candidato que pretenda acessar uma vaga reservada nas universidades federais para ingresso em curso de graduação é

- A) ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias de educação do campo conveniadas.
- B) comprovar renda familiar per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo.
- C) autodeclarar-se como candidato preto e pardo ou pessoa com deficiência.
- D) apresentar laudo médico ou avaliação biopsicossocial que ateste a condição de pessoa com deficiência.

### QUESTÃO 13

Leia o trecho.

“[...] a introdução de ações afirmativas raciais no país se valeu de uma confluência de pressões vindas das agências internacionais, da academia, do movimento negro e do próprio governo.” (HTUN, 2004 *apud* FERES JÚNIOR *et al.*, 2018)

Considerando-se que o conhecimento do processo histórico de constituição das políticas de ação afirmativa no Brasil é fundamental para a compreensão de seus fundamentos normativos e para sua adequada implementação nos contextos institucionais específicos, é **incorreto** afirmar que

- A) a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, desempenhou papel relevante, ao inserir o tema do racismo e das ações afirmativas de forma mais ampla na agenda pública midiática, ainda que seus efeitos internacionais tenham sido limitados.
- B) a ideologia da democracia racial, ao romper com o determinismo racial e valorizar a miscigenação como fundamento da identidade nacional, contribuiu para a superação do ideal de branqueamento e pela consolidação da igualdade racial no país.
- C) a Constituição Federal de 1988, embora não tenha previsto explicitamente políticas de ação afirmativa, estabeleceu fundamentos normativos que possibilitaram sua posterior adoção, considerando a ampliação dos direitos sociais e a ação estatal voltada à promoção da igualdade de oportunidades.
- D) políticas dessa natureza foram igualmente implementadas por instituições de ensino superior públicas e privadas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), embora a cobertura midiática tenha se concentrado sobretudo nas ações afirmativas nas universidades públicas.

### QUESTÃO 14

Camila, servidora pública, recebeu a missão de subsidiar tecnicamente uma comissão responsável pela elaboração da resolução de ações afirmativas na pós-graduação de sua universidade, realizando trabalhos estatísticos específicos. Ciente da resistência de setores que defendiam a meritocracia acadêmica como único balizador, Camila realizou um levantamento detalhado apontando os resultados positivos quanto ao desempenho dos estudantes ingressantes por cotas na graduação, esvaziando o argumento de que a política de cotas resultaria em uma redução das exigências ou do nível acadêmico. Esse aporte informacional levantado pela servidora foi estratégico para a condução das discussões sobre a política de ações afirmativas na universidade.

Assim como nesse caso hipotético, o processo de tomada de decisão sobre a política de ações afirmativas na pós-graduação (PPG) da UFMG, passou por discussão em comissão. Tendo em vista o trabalho de MENDES *et al.* (2025) referente a esse processo, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A aprovação da resolução pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), considerada polêmica, enfrentou resistências, sendo aprovada com ressalvas, em grande medida associadas ao receio de tensionamento do princípio meritocrático historicamente mobilizado nos processos seletivos da pós-graduação.
- B) A melhora na qualidade da informação foi viabilizada pela consideração de diversos documentos, estudos e experiências em outros níveis educacionais e âmbitos, além de opiniões de estudiosos e percepções dos próprios Programas de Pós-Graduação (PPG).
- C) No âmbito da comissão, os debates foram marcados por tensões e desconhecimentos, tornando fundamental a presença de convidados e o acesso aos dados de representação racial para esclarecer dúvidas.
- D) A opção por não fixar previamente a porcentagem de reserva de vagas, delegando sua definição aos colegiados, foi avaliada como estratégica, na medida em que possibilitou a implementação da política em um cenário atravessado por jogos de poder característicos dos processos de decisão coletiva.

## QUESTÃO 15

Leia o trecho.

“A política de cotas para candidatos negros nos cursos de pós-graduação da UFMG, ao prever um modelo de decisão colegiada ao nível do PPG, tende a produzir mudança orgânica e gradual.” (MENDES *et al.*, 2025, p. 5).

Com base na discussão sobre o processo de tomada de decisão da implementação da política de cotas para os programas de pós-graduação (PPG) na UFMG, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) A decisão colegiada é um marco caracterizante das instituições de ensino superior brasileiras e resulta de uma integração de análises socialmente construídas, baseadas em circunstâncias, em necessidades e em sua institucionalização.
- B) A decisão colegiada é um modelo de decisão coletiva que se fundamenta na possibilidade de consenso e no valor da responsabilidade compartilhada, buscando produzir compromisso dos participantes com a implementação das decisões.
- C) A decisão colegiada, relacionada à descentralização do poder decisório, contribui para decisões mais realistas, maior motivação dos servidores e melhor utilização dos recursos humanos nas organizações universitárias.
- D) A adoção da decisão colegiada nas universidades brasileiras caracteriza-se pela aplicação de um modelo decisório único e normativamente estável, imune à influência de outros modelos de decisão coletiva, como o político, o burocrático ou o racional.

EM BRANCO



Questões desta prova podem ser reproduzidas para uso pedagógico, sem fins lucrativos, desde que seja mencionada a fonte: **Concurso Público UFMG – EDITAL Nº 3428/2025**. Reproduções de outra natureza devem ser previamente autorizadas pela COPEVE/UFMG.